



GESTÃO DO CONHECIMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE DO SITE DO INEP

*Bruna de Souza Santos¹, Jane Cristina Limeira da Silva², Tiago Calazans Elias³,
Rejane Sartori⁴, Nelson Tenório⁵, Ângela Mara de Barros Lara⁶*

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimentos nas Organizações, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. professorabss@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimentos nas Organizações, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. janecriancas@gmail.com

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimentos nas Organizações, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. tiago.elias@unicesumar.edu.br

⁴ Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimentos nas Organizações, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. rejane.sartori@unicesumar.edu.br

⁵ Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimentos nas Organizações, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. nelson.tenorio@unicesumar.edu.br

⁶ Docente do Programa de Pós-graduação em Gestão do Conhecimentos nas Organizações da Universidade Unicesumar, Maringá-PR. angela.lara@unicesumar.edu.br

RESUMO

A Gestão do Conhecimento (GC) é um fator essencial para a organização, armazenamento e disseminação de informações em plataformas governamentais. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar as práticas de GC, armazenamento e disseminação aplicadas na plataforma, denominada "gestão do conhecimento" dentro do site oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Para isso, adota-se um estudo qualitativo, cujos dados foram obtidos da página "Gestão do Conhecimento" do Portal do INEP/MEC, analisando a conformidade das práticas do Portal com modelos de GC presentes na literatura, com foco no processo de armazenamento da informação. A justificativa para este estudo baseia-se na importância da transparência e eficiência na gestão das informações educacionais para subsidiar políticas públicas. Os resultados indicam que o INEP/MEC disponibiliza uma vasta gama de informações, a aplicação do termo Gestão do Conhecimento e sua relevância para potencializar o uso de dados educacionais e promover a melhoria contínua na educação. Entretanto, a análise revelou que, apesar da riqueza informacional, a plataforma funciona majoritariamente como um grande portal de informações e uma base de dados institucionais, e não como um portal ou base de conhecimento propriamente ditos. O estudo conclui que a aplicação do termo "Gestão do Conhecimento" no nome da página do INEP não apresenta convergência com os conceitos mais próximos de portal do conhecimento ou base de conhecimento observados na literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão do Conhecimento; INEP; Plano Nacional de Educação.

1 INTRODUÇÃO

A gestão do conhecimento é um modelo colaborativo, onde as pessoas internalizam informações e as compartilham ativamente. Os processos, cada vez mais automatizados, e a tecnologia, cada vez mais conectada, fornecem as ferramentas para que esse compartilhamento seja ágil e eficiente (Dalkir, 2013).

A interação entre esses três pilares, pessoas, processos e tecnologia, é fundamental para o sucesso da gestão do conhecimento. As pessoas precisam ser capacitadas para utilizar ferramentas e processos adequados. Os processos devem ser flexíveis e capazes de se adaptar às necessidades das pessoas. E a tecnologia deve ser utilizada para apoiar as pessoas e os processos. A organização, por sua vez, deve estabelecer uma cultura de aprendizagem contínua, onde o conhecimento seja um ativo estratégico, gerando valor e impulsionando o crescimento (Servin; De Brun, 2005).

Na administração pública, um setor complexo devido à sua natureza multifacetada e aos múltiplos desafios que enfrenta, é necessária a utilização de gerenciadores que transcendam a burocracia, orientando-se para a maximização da qualidade e da efetividade



social. Nesse contexto, a gestão do conhecimento é uma abordagem estratégica fundamental. Conforme afirma Batista (2012), longe de ser um conceito setorial, a gestão do conhecimento na esfera pública é concebida como um método integrado que abrange a criação, o compartilhamento e a aplicação sistemática do conhecimento. O objetivo principal reside em otimizar os processos administrativos e as entregas de serviços, ao mesmo tempo em que fortalece os pilares da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, princípios basilares da governança democrática.

Diferentemente do setor privado, que emprega a gestão do conhecimento com o objetivo de alcançar lucro e crescimento de mercado, na administração pública direciona seus esforços em objetivos distintos e mais abrangentes. A aplicação da gestão do conhecimento no contexto público reside na busca por qualidade na prestação de serviços, eficiência operacional e, sobretudo, no desenvolvimento econômico e social sustentável. Dessa forma, nesse campo, a gestão do conhecimento transcende a lógica meramente produtivista, posicionando-se como um vetor de transformação e aprimoramento contínuo em prol do bem-estar coletivo (Batista, 2012). Assim, a utilização da gestão do conhecimento como uma nova responsabilidade da administração pública reflete o reconhecimento de que o conhecimento, em suas múltiplas formas, é um ativo estratégico indispensável para aprimorar a qualidade dos serviços públicos e, conseqüentemente, impulsionar o desenvolvimento.

A gestão eficiente do conhecimento tornou-se um elemento fundamental na formulação e execução de políticas públicas, especialmente na área da educação. Nesse setor, a gestão do conhecimento na administração pública é vista como potencial para a transparência e acessibilidade das informações educacionais, que advém da própria natureza do setor público, que é sujeito ao controle social e tem a obrigação de garantir a transparência de suas ações e atos, além de institucionalizar canais de participação social. O objetivo é gerar valor para a sociedade e melhorar os serviços públicos em benefício do cidadão-usuário (Batista, 2012).

No Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) responsável por coletar, produzir e disseminar dados e informações sobre a educação brasileira, tem como principal finalidade subsidiar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino. Para gerenciar os dados educacionais no país, o Inep disponibiliza um painel interativo baseado em Power BI para monitoramento das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE), oferecendo um repositório dinâmico de informações educacionais. Esse conjunto de informações tem o objetivo de monitorar o alcance nacional de metas, desde a educação básica até o ensino superior; visa analisar resultados para a implementação de políticas públicas na educação.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo analisar as práticas de GC, armazenamento e disseminação aplicadas na plataforma, denominada “gestão do conhecimento” dentro do site oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

A gestão do conhecimento é entendida como um conjunto de processos sistemáticos que visam criar, armazenar, compartilhar e utilizar informações estrategicamente para promover inovação e eficiência organizacional (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). No setor governamental, contribui para a transparência e eficiência na formulação de políticas públicas, permitindo uma melhor gestão das informações institucionais e promovendo a tomada de decisões baseada em evidências (Choo, 2016), gerando impactos positivos na administração pública (Batista, 2012). No contexto da administração pública, Batista (2012) destaca que o armazenamento é uma das cinco atividades fundamentais da Gestão do Conhecimento, ao lado da identificação, criação, compartilhamento e aplicação do



conhecimento. Esse processo é crítico para transformar o conhecimento organizacional em um ativo acessível e útil.

Nesse sentido, Batista e Costa (2013) propõem um modelo inovador de Gestão do Conhecimento para o setor público brasileiro, tomando como referência o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A implementação do Repositório de Conhecimento do Ipea (RCIpea) representa um avanço significativo na Gestão do Conhecimento institucional. Concebido para organizar, armazenar e disseminar o conhecimento produzido pela instituição, esse repositório foi desenvolvido com base em um modelo teórico de Gestão do Conhecimento e operacionalizado por meio de um método sistemático de implementação. A principal contribuição do RCIpea é a conversão do conhecimento tácito em explícito, possibilitando sua ampla disseminação e preservação. Essa estrutura aprimora o acesso à informação, contribuindo para a transparência e o desempenho institucional (Batista; Cost 2013).

Batista; Costa (2013), propõe um modelo integrado à Gestão do Conhecimento pode ser essencial para atender as demandas do setor público. Ao estruturar, armazenar e disponibilizar a produção intelectual de forma organizada, os repositórios institucionais facilitam a recuperação da informação, otimizam processos de pesquisa e incentivam a colaboração entre pesquisadores e gestores. Além disso, fortalecem a memória institucional, assegurando a preservação e o compartilhamento do conhecimento produzido, beneficiando futuras gerações de pesquisadores e profissionais da administração pública.

No setor educacional, a Gestão do Conhecimento é indissociável da utilização estratégica de dados públicos. Essa junção é fundamental porque capacita a formulação de políticas baseadas em evidências, transformando a tomada de decisões de um processo intuitivo para um modelo fundamentado em informações concretas e verificáveis. Além disso, a transparência inerente ao acesso e uso desses dados promove a prestação de contas e fortalece a confiança da sociedade nos processos decisórios educacionais Batista; Costa (2013).

Apesar do potencial transformador, a implementação da Gestão do Conhecimento no setor público, e consequentemente no educacional, não está isenta de obstáculos. Câmara e Nunes (2021) diligentemente apontam que a Gestão do Conhecimento na esfera pública enfrenta desafios estruturais e operacionais consideráveis. Tais desafios podem variar desde a infraestrutura tecnológica inadequada e a fragmentação dos sistemas de informação até a resistência cultural à partilha de conhecimento e a falta de capacitação dos servidores. Contudo, mesmo diante dessas barreiras, o potencial da Gestão do Conhecimento para melhorar a gestão e a eficiência dos serviços permanece substancial e inexplorado em sua totalidade.

Reforçando essa perspectiva, Pereira, Stankowitz e Silva (2023) destacam que a análise sistemática dos dados educacionais constitui uma ferramenta poderosa. Essa análise não se limita à mera coleta, mas envolve a interpretação profunda que pode levar à identificação precisa de lacunas no ensino, sejam elas de aprendizagem, infraestrutura ou equidade. Com base nessas descobertas, é possível avançar para a elaboração de estratégias mais eficazes, capazes de otimizar os recursos, personalizar o ensino e, em última instância, elevar a qualidade da educação oferecida.

Diante disso, a qualidade e a acessibilidade dos dados públicos emergem como pilares para qualquer iniciativa de Gestão do Conhecimento no setor educacional. Dados incompletos, inconsistentes ou de difícil acesso comprometem a validade das análises e, consequentemente, a robustez das decisões estratégicas. Investir na infraestrutura de dados, na padronização de suas coletadas e na capacitação para sua interpretação não é apenas uma medida técnica, mas um imperativo estratégico para que a Gestão do Conhecimento no campo educacional possa cumprir seu papel de impulsionar a inovação,



a eficiência e a equidade, impactando positivamente a trajetória educacional de milhões de indivíduos e o desenvolvimento de toda a sociedade Pereira, Stankowitz e Silva (2023).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este é um estudo com abordagem qualitativa, baseado em pesquisa documental. A abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de interpretar os conteúdos disponibilizados na plataforma, buscando compreender as ferramentas e práticas de gestão do conhecimento utilizadas na disseminação de informações educacionais. Isso permite ir além da descrição superficial, explorando as nuances e o contexto por trás dos dados apresentados (Bardin, 2016).

A escolha pela pesquisa documental se mostra adequada, considerando que os documentos oficiais do INEP/MEC e os conteúdos digitais da página eletrônica desse órgão constituem fontes primárias que refletem diretamente as estratégias e diretrizes da política pública educacional brasileira. A análise sistemática desses materiais, utilizando a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), possibilita extrair significados relevantes e inferir relações contextuais sobre como a gestão do conhecimento é aplicada em relação às metas do PNE. O objetivo é analisar as práticas de GC, armazenamento e disseminação aplicadas na plataforma, denominada “gestão do conhecimento” dentro do site oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

Nesse sentido, as fontes documentais incluem: (a) conteúdo da página eletrônica do INEP/MEC, como textos explicativos, relatórios, painéis Power BI, bases de dados e materiais de apoio relacionados às metas do PNE;/ e(b) documentos normativos, especificamente o PNE, resoluções e portarias que regulamentam as 20 metas, do PNE.

Para além da pesquisa documental, efetuou-se também uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio de busca em bases de dados acadêmicas, como Web of Science, Scopus e Dimensions, utilizando os descritores "INEP", "gestão do conhecimento" e "gestão pública" na língua portuguesa, e "INEP", "knowledge management" e "public management" na língua inglesa. Inicialmente, foram encontrados 80 resultados. Após a leitura dos títulos e resumos, 48 estudos foram selecionados para leitura integral. Destes, 22 atenderam aos critérios de relevância temática e rigor metodológico, sendo efetivamente utilizados na construção do referencial teórico. Além disso, foram incluídas publicações de autores consagrados na área de gestão do conhecimento, como Kimiz Dalkir e Edson Batista, cujas contribuições são fundamentais para embasar a análise proposta. Foram usados materiais disponíveis gratuitamente, sem restrições de acesso.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Inep foi criado em 1937 pelo Decreto-Lei nº 580, sob a denominação de Instituto Nacional de Pedagogia, e transformado em autarquia federal vinculada ao MEC em 1997, conforme Lei nº 9.448. É o órgão federal responsável pelas evidências educacionais, atuando em três esferas: avaliações e exames educacionais, pesquisas estatísticas e indicadores educacionais e gestão do conhecimento e estudos. A missão desse órgão é “produzir conhecimento científico e informações oficiais para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do País” (Inep, 2025).

O portal do Inep dispõe de um espaço para o armazenamento e a disseminação de conhecimento por meio de conteúdos produzidos ao longo dos anos e depositados em sua plataforma. Assim, possui uma série de páginas e acessos sobre notícias, informações sobre a educação brasileira e sistemas de avaliação da educação. Dentre estes, desperta



a atenção uma página denominada “Gestão do Conhecimento”. Nesta página foram identificadas três divisões principais: (a) disseminação de conhecimento, (b) estudos educacionais e (c) linha editorial, conforme mostrado na Figura 1 (Inep, 2025).

Figura 1 – Página inicial da plataforma – Gestão do Conhecimento e Estudos Educacionais.



Fonte: Inep (2025)

A disseminação do conhecimento é uma unidade dedicada a preservar, conservar e disseminar as informações e os conhecimentos produzidos pelo Inep, assim como de vários acervos acumulados ao longo da sua história, com documentos históricos, livros (inclusive obras raras), periódicos, obras audiovisuais (em diversos formatos) e outras de sua área de especialidade — a educação brasileira (INEP, 2025). A missão desta unidade é atuar na gestão do conhecimento educacional por meio da aquisição, do processamento e da disseminação de informações técnico-científicas, preservando principalmente a memória da produção institucional do MEC e de seus órgãos vinculados (Inep, 2025).

O Quadro 1 mostra a quantidade de itens presentes na plataforma de Disseminação do Conhecimento.

Quadro 1 – Disseminação de conhecimento

Item	Conteúdo
Arquivo histórico	Documentação histórica
Biblioteca em educação	Bibliotecas virtuais e físicas
Gestão terminológica	Banco de dados de produtos terminológicos
Serviço de acesso a dados protegidos)	Materiais de processos educacionais, guias e manuais.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Inep (2025).

O arquivo histórico, por sua vez, possui acesso a mais três plataformas: plataforma AToM, acesso a documentação histórica e acervo. A Coordenação-Geral de Disseminação de Informações (CGDI) é responsável pelo Arquivo Histórico do Inep. Este acervo reúne documentos da história da educação brasileira, abrangendo o período de 1937 até 1997, quando o Inep se tornou oficialmente uma autarquia federal (Inep, 2025).



O acervo documental deste fundo histórico é inicialmente organizado em 53 séries documentais dispostas na Seção de Fundo Histórico. O acervo preserva informações de 60 anos de trabalho relacionado ao desenvolvimento da educação brasileira, e é composto por documentos textuais, imagens e mapas, que possuem valor histórico, probatório e informativo, todos disponíveis à sociedade (Inep, 2025)

A **Biblioteca em Educação** é originária do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1937), sendo que ao ser transferida para Brasília, em 1977, parte do seu acervo foi deixado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1981, centralizou os acervos das bibliotecas setoriais existentes no MEC, tornando-se uma unidade depositária das publicações produzidas pelos órgãos da administração direta e indireta do Ministério da Educação, Cultura e Desporto, ficando com o gerenciamento e a responsabilidade por organizar, preservar, conservar e disseminar todas as publicações produzidas por meios tipográficos, reprográficos, datilográficos ou afins, que versassem sobre a matéria técnica ou científica pertinente à área da educação, cultura e desportos, convencionais ou não convencionais (Inep, 2025).

A Library in Education é uma plataforma que reúne uma série de acessos a bibliotecas organizadas pelo Inep. Destaca-se o repositório institucional, que é um instrumento oficial que organiza, divulga e preserva todo o conhecimento produzido pelo Inep em um ambiente digital, voltado para o armazenamento e o acesso dessas informações, além de acessos a diversas bases de dados nacionais, como o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto, o Sistema IBGE de Recuperação Automática Edubase, bases de dados internacionais, como Rede Federada de Repositórios Institucionais de Publicações Científicas, *Networked Digital Library of Theses and Dissertations*, *Scientific Eletronic Library Online*, *Education Resources Information Center* e *Bielefeld Academic Search Engine*.

O setor de Gestão Terminológica da Coordenação-Geral de Disseminação de Informação, unidade vinculada à Diretoria de Estudos Educacionais do Inep, é responsável pelo desenvolvimento dos seguintes produtos terminológicos: Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased), Banco de Dados Terminológicos do Setor Educacional do Mercosul (BDT/SEM) e Projeto de Glossário/Dicionário Digital Bilingue da Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). (INEP, 2025).

Em relação à unidade de **Estudos Educacionais**, o Inep é responsável pela produção de estudos para subsidiar o monitoramento do PNE, realizado por meio das publicações de Relatórios de Monitoramento bienais, de estudos e pesquisas da Série PNE em Movimento e do Painel de Indicadores.

A plataforma possui três páginas de acesso: histórico, legislação e perguntas frequentes. Na página 'histórico', apresenta-se resultados em formato de relatórios, entre os anos de 2014 à 2020. O Inep elabora relatórios de monitoramento das metas, análises sobre os desafios específicos em cada temática para a realização de estudos que possam subsidiar o monitoramento do plano (INEP, 2025). Em 'legislação', são apresentadas leis e portarias concernentes à educação no Brasil de 1988 a 2023. Na página de 'perguntas frequentes' existe um FAQ para sanar as principais dúvidas a respeito do PNE.

Existe na plataforma uma ferramenta de Power BI para o acompanhamento das metas do PNE, que monitora todas as vinte metas. Há também uma aba que traz os monitoramentos encerrados, em formato de relatório. No Quadro 2 são apresentadas as plataformas presentes na unidade de Estudos Educacionais.

Quadro 2 – Estudos educacionais

Item	Conteúdo
Painel de monitoramento	<i>Dashboard</i> com o status do monitoramento das metas do PNE



Relatórios de monitoramento	Resultados dos relatórios por ciclo de avaliação
PNE em movimento	Repositório do ano vigente do periódico sobre a temática PNE
Histórico	Repositório de periódicos dos anos anteriores
Legislação	Portarias e resoluções sobre a temática PNE

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Inep (2025).

Já a unidade **Linha Editorial** possui links de acesso para revistas sobre a perspectiva da gestão educacional e produção intelectual. Essa unidade reúne periódicos, séries, títulos avulsos e coleções na área educacional, além de publicações institucionais. Como iniciativa do Inep, a Linha Editorial cumpre uma das finalidades do instituto: promover a disseminação das pesquisas estatísticas e indicadores das avaliações e exames e de estudos educacionais. Por meio de suas publicações, algumas com mais de sete décadas, o Inep divulga as informações que produz, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento na área educacional (Inep, 2025). Nesta página há nove links de acessos para periódicos, todos com acesso aberto. No Quadro 3 são apresentadas as plataformas presentes na unidade de Linha Editorial.

Quadro 3 – Linha editorial

Item	Conteúdo
Cadernos de estudos	Periódico sobre políticas públicas e educação.
Em aberto	Periódico sobre a educação brasileira no contexto da educação básica.
Estado do conhecimento	Periódico sobre educação e políticas públicas.
PNE em movimento	Divulgação de resultados das metas do PNE.
Publicações institucionais	Divulgação de resultados de ações do INEP.
Publicações diversas	Temas diversos ligados à educação.
RBEP	Periódico sobre educação.
Relatos de pesquisa	Divulgação de estudos organizados pelo INEP
Textos para a discussão	Divulgação de ensaios sobre educação.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Inep (2025).

O PNE 2014-2024 foi instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira dos próximos dez anos a partir da definição de 20 metas. Ao clicar no ícone da Meta 2 - universalizar o ensino fundamental de nove anos para a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% desta população concluam esta etapa da idade recomendada - tem-se acesso ao aplicativo de *Power BI* com dados definidos em categorias e apresentados por indicadores em forma de tabela ou gráficos. O período de análise deste item é de 2014 a 2024. Os resultados disponíveis são provenientes da base de dados do IBGE e podem ser analisados a partir de uma série de variáveis: sexo, renda, região do Brasil e geral. Além deste recurso, ainda é possível baixar um arquivo em PDF com o resumo dos resultados.

Os resultados exibem os dados de 2012 a 2023 para os dois indicadores. O indicador 2A (percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já tinha concluído o ensino fundamental) alcançou a maior marca, 98% em 2018, mas caiu para 95,8% em 2023. Já o indicador 2B (percentual da população de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído) alcançou de forma crescente a melhor marca em 2023, com 85,9%.

O Inepdesempenha um papel crucial na coleta, organização e disseminação de dados sobre a educação no Brasil. Conforme apontado por Câmara e Nunes (2021), a existência de bases de dados educacionais abertas permite que pesquisadores e gestores desenvolvam políticas mais embasadas na realidade das escolas, contribuindo para uma



gestão educacional mais eficiente. A disponibilização de informações estruturadas pelo INEP viabiliza análises aprofundadas e formulação de políticas baseadas em evidências. Pereira, Stankowitz e Silva (2023) destacam que a gestão eficaz do conhecimento nas instituições educacionais potencializa o uso desses dados, promovendo a melhoria contínua da educação e incentivando uma cultura de compartilhamento de conhecimento entre os profissionais da área.

A partir dos conceitos e ferramentas disponíveis na literatura de Gestão do Conhecimento, pode-se classificar o portal intitulado Gestão do Conhecimento e Estudos Educacionais, primeiramente, como um portal de informações e não de conhecimento (APO, 2020), pois existem infinidades de dados, sejam de documentos históricos, sejam de periódicos científicos, apresentação de resultados de pesquisas, portarias e decretos, mas falta um elemento essencial para a Gestão do Conhecimento, que é a interação para a transformação do conhecimento tácito em conhecimento explícito.

Semelhantemente, a segunda classificação que recai sobre o objeto deste estudo é que a plataforma do INEP, denominada Gestão Conhecimento, funciona majoritariamente como uma grande base de dados institucionais e não como uma base de conhecimento (wikis). Como base de dados, verificou-se uma quantidade e diversidade de informações, mas que não diferem de outras abas na plataforma do INEP/MEC. É preciso criar espaço de discussões e oportunizar a criação de novos conteúdos para que caracterize postulados da Gestão do Conhecimento. Os dados não são tratados de forma que oportunize uma visão estratégica.

Este estudo identifica a plataforma de dados do Plano Nacional de Educação (PNE) como o recurso com maior potencial para se consolidar como um espaço de compartilhamento de conhecimento. A plataforma se destaca pela atualização anual de seus dados entre 2014 e 2024 e pela geração de relatórios para todas as vinte metas estabelecidas.

Para ampliar seu alcance, propõe-se a criação de um espaço para comunicação e apresentação de resultados, incorporando à plataforma recursos como vídeos, conferências e fóruns. Adicionalmente, sugere-se a inclusão de ações estratégicas de políticas públicas para auxiliar no cumprimento das metas. Iniciativas de interatividade, como o "Café do Conhecimento" (Dalkir, 2013), poderiam ser vinculadas à plataforma para promover a participação ativa na aquisição e no compartilhamento de informações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo avaliar as práticas de gestão do conhecimento (GC) na plataforma do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Para isso, avaliou as possíveis práticas de armazenamento e disseminação de informações presentes na plataforma com os princípios e objetivos da Gestão do Conhecimento, justificando-se pela necessidade de aprimorar a transparência e acessibilidade das informações educacionais para subsidiar políticas públicas.

Como principais conclusões, verificou-se que o INEP desempenha um papel crucial na coleta, organização e disseminação de dados sobre a educação brasileira. O portal disponibiliza uma vasta gama de informações que são essenciais para potencializar o uso de dados educacionais e promover a melhoria contínua na educação, subsidiando a formulação de políticas públicas. A página "Gestão do Conhecimento e Estudos Educacionais" oferece um repositório dinâmico de informações educacionais, incluindo, mas não se limitando a documentos históricos, acervos bibliográficos, bancos de dados terminológicos, materiais de processos educacionais, relatórios de monitoramento bienais do PNE, legislação, e uma linha editorial com diversos periódicos de acesso aberto.



Entretanto, a análise revelou que, apesar da riqueza informacional, a plataforma funciona majoritariamente como um grande portal de informações e uma base de dados institucionais, e não como um portal ou base de conhecimento propriamente ditos. O estudo conclui que a aplicação do termo "Gestão do Conhecimento" no nome da página do INEP não apresenta convergência com os conceitos mais próximos de portal do conhecimento ou base de conhecimento observados na literatura. Foram identificadas lacunas em elementos essenciais para a Gestão do Conhecimento, tais como a interação para a transformação do conhecimento tácito em explícito, a criação de espaços de discussão, a oportunidade para a criação de novos conteúdos a partir dos dados, o histórico de evolução dos temas, e as atualizações. Os dados disponibilizados, embora numerosos e diversos, não são tratados de forma a oportunizar uma visão estratégica ou promover a colaboração ativa entre os usuários.

Apesar das lacunas apontadas, a pesquisa destaca o grande potencial da plataforma do INEP para gerar conteúdos que favoreçam a Gestão do Conhecimento, indicando um caminho claro para aprimoramentos. A principal limitação deste estudo, contudo, foi a falta de modelos de plataformas governamentais que pudessem servir de referência para outros ambientes de compartilhamento de conhecimento explícito.

Para futuras pesquisas, recomenda-se o desenvolvimento de novos estudos no âmbito do uso de plataformas digitais por órgãos governamentais a nível de estado e municípios, ou até mesmo, em relação a outros países, para a captura, armazenamento e disseminação do conhecimento. Tais investigações poderiam explorar e propor formas de integrar elementos de interatividade e colaboração que são fundamentais para a GC, visando transformar portais de informação em verdadeiros portais de conhecimento, alinhados com os postulados teóricos da área.

REFERÊNCIAS

ASIAN PRODUCTIVITY ORGANIZATION (APO). **Knowledge management tools and techniques manual**. Tokyo: APO, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira**: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/754>. Acesso em: 28 fev. 2013.

BATISTA, F. F.; COSTA, V. S. Alinhando o modelo, o método de implementação e a práticas de gestão do conhecimento (gc): o caso do instituto de pesquisa econômica aplicada (rcipea). **Revista do Serviço Público**, v. 64, p. 59-76, 2013.

CÂMARA, K. M. C.; NUNES, I. M. Knowledge Management in The Public Sector: a bibliometric analysis. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. e8410111386, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11386.

CHOO, Chun Wei. **The inquiring organization: How organizations acquire knowledge and seek information**. Oxford University Press, 2016.

DALKIR, Kimiz. **Knowledge management in theory and practice**. Routledge, 2013.



DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Working knowledge: How organizations manage what they know**. Harvard Business Press, 1998. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Gestão do Conhecimento e Estudos Educacionais**. [S. l.: s. n.], [20--?]. Acesso em: 29 mar. 2025. *Nota: A referência do INEP estava incompleta. Para uma citação completa, seriam necessários o título específico do documento, o ano de publicação e, se aplicável, a URL de acesso. A formatação acima foi feita com os dados disponíveis.*

PEREIRA, Paula Carolina Empinotti; STANKOWITZ, Rosângela de Fátima; SILVA, Henrique Oliveira da. Gestão do conhecimento: diagnóstico sobre o perfil de uma instituição pública de ensino superior. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 13, ed. esp., p. 100-114, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/65563>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SANTOS, Xisto Andre Frazatto dos; GOMES, Mateus das Neves; SUERO, Roberta. Gestão do conhecimento no setor público: uma análise bibliométrica na base de dados Scopus. **Revista Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação**, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2024. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rgcti/article/view/15099>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SERVIN, G.; DE BRUN, C. **ABC of knowledge management**. NHS National Library for Health: Specialist Library, 2005.